

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
------------------------	-----------

Capítulo 1

A SEGURANÇA JURÍDICA E A ATIVIDADE

JURISDICIONAL À LUZ DO ESTADO CONSTITUCIONAL	31
---	-----------

1.1. O processo como obra e reflexo do fenômeno cultural.....	39
1.2. Os modelos de organização processual e a relação do processo com o direito material.....	49
1.2.1. A fase imanentista do processo.....	50
1.2.1.1. A tutela dos direitos na fase imanentista e o problema da estabilidade do comando judicial.....	54
1.2.2. A fase científica do processo e o seu caminho ao instrumentalismo.....	77
1.2.2.1. A tutela dos direitos na fase científica do processo – uma mudança de rumos até a busca por resultados.....	83
1.2.2.2. Os escopos da jurisdição segundo o paradigma instrumental, e a busca pelo processo justo.....	89
1.3. O paradigma constitucional do processo.....	94

Capítulo 2

A QUESTÃO DA IDENTIFICAÇÃO

DAS DEMANDAS A PARTIR DE SEU CONTEÚDO.....	101
---	------------

2.1. Introdução – a importância da identificação das demandas para o processo civil e, em especial, para a concretização da segurança jurídica.....	101
---	-----

2.2.	As várias teorias que procuram identificar a demanda a partir de seu conteúdo. Um refinamento do componente relativo à segurança jurídica	109
2.2.1.	A identificação da demanda sob a perspectiva do objeto litigioso. A temática da individualização e da substanciação para a definição do conteúdo da demanda	110
2.2.1.1.	O objeto litigioso do processo e a sistematização de categorias jurídicas – mais uma contribuição alemã	115
2.2.1.1.1.	O objeto litigioso do processo como sinônimo de afirmação jurídica (Rechtsbehauptung)	119
2.2.1.1.2.	O objeto litigioso do processo como identificação do pedido (Antrag)	124
2.2.1.1.3.	O objeto litigioso do processo compreendido como a fusão do pedido (Antrag) com a causa de pedir (Sachverhalt). A relevância dos “episódios da vida”	129
2.2.2.	A identificação da demanda segundo a teoria da ação	132
2.2.2.1.	A identificação da demanda segundo a regra dos <i>tria eadem</i>	134
2.2.2.2.	A doutrina pós Chiovenda	143
2.2.2.2.1.	A contribuição de Liebman e o problema das ações concorrentes	145
2.2.2.2.2.	A pertinência dos fatos para a caracterização da causa de pedir e, particularmente, das demandas	150
2.2.2.2.3.	A contribuição de Augusto Cerino Canova – o conteúdo da demanda como situação jurídica hipoteticamente afirmada	155
2.2.2.2.4.	A concorrência dos fatos e do Direito para a determinação do conteúdo da demanda – desta vez uma contribuição da doutrina italiana	157

2.2.3. A identificação da demanda a partir da teoria da lide	165
2.2.3.1. As objeções à teoria da lide como elemento essencial da demanda.....	171

Capítulo 3

A CAUSA DE PEDIR

NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO..... 175

3.1. A relevância da <i>causa petendi</i> no discurso jurídico-processual	177
3.2. A causa de pedir e seu relacionamento com o objeto litigioso do processo.....	182
3.2.1. A identificação da demanda e de seu conteúdo segundo o Direito material.....	189
3.2.2. A causa de pedir e o relacionamento necessário entre Direito e processo.....	192
3.3. As teorias que pretendem explicar a causa de pedir	196
3.3.1. A teoria da individuação e o problema das demandas autodeterminadas e heterodeterminadas.....	196
3.3.2. A teoria da substanciação: a alegada importância exclusiva dos fatos.....	202
3.3.3. A superação da desavença: a indissociabilidade das questões fáticas das questões jurídicas na narrativa processual.....	205
3.4. O conteúdo da causa de pedir. Os componentes fático e jurídico.....	208
3.4.1. A importância dos fatos jurídicos para a identificação da causa de pedir.....	209
3.4.1.1. A preponderância dos fatos essenciais	211
3.4.1.2. O papel dos fatos simples na identificação da causa de pedir	215
3.4.1.3. Os fatos e a chamada causa de pedir passiva	218
3.4.2. A relevância dos fundamentos jurídicos para o mesmo fim	221
3.4.2.1. A qualificação jurídica e a (i) relevância dos fundamentos legais	225
3.5. A estabilidade objetiva da demanda, a superveniência de causas juridicamente relevantes e a regra da eventualidade	228

3.5.1. A regra da eventualidade e a configuração da causa de pedir.....	230
3.5.2. Causas supervenientes: o elemento temporal da <i>causa petendi</i>	232

Capítulo 4

A EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA..... 239

4.1. O problema da segurança jurídica no Estado Constitucional.....	239
4.2. A temática da segurança jurídica na órbita dos direitos fundamentais.....	243
4.2.1. Segurança jurídica e coisa julgada	245
4.2.2. A coisa julgada como regra para a existência do discurso jurídico.....	248
4.2.3. A coisa julgada como elemento indispensável à afirmação do poder.....	250
4.2.4. A coisa julgada como corolário do direito fundamental à tutela jurídica justa e efetiva	251
4.3. Como explicar a coisa julgada?.....	253
4.3.1. A teoria da coisa julgada como presunção absoluta de verdade	254
4.3.2. A teoria da coisa julgada como ficção da verdade	256
4.3.3. A coisa julgada como eficácia da sentença	258
4.3.4. A teoria da coisa julgada como qualidade dos efeitos da sentença	260
4.3.5. A teoria da coisa julgada como qualidade do conteúdo decisório	263
4.4. Limites temporais da coisa julgada: seria a coisa julgada um fenômeno com prazo de validade?.....	267
4.4.1. Um primeiro aspecto: o momento de formação da coisa julgada e os fatos supervenientes	269
4.4.2. Segundo aspecto: os fatos supervenientes e a configuração da eficácia preclusiva da coisa julgada.....	272
4.5. A coisa julgada sob a perspectiva dos sujeitos processuais.....	277
4.5.1. A função negativa da coisa julgada e a regra do <i>ne bis in idem</i>	277

4.5.2. A coisa julgada e sua função positiva: possibilidades, limites e condições.....	280
4.6. As relações – nem sempre amistosas – entre coisa julgada e preclusão.....	283
4.6.1. É realmente viável a construção de um regime normativo comum em tornos das “forças estabilizantes”?.....	285
4.6.2. Em que categoria estabilizante pode ser situada a eficácia preclusiva da coisa julgada?	288
4.7. Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	291
4.7.1. A resolução de “questões”: que destino as reserva?	293
4.7.2. O papel da eficácia preclusiva.....	301
4.8. A eficácia preclusiva da coisa julgada no Direito brasileiro.....	307
4.8.1. Aspecto introdutório: em que plano se situa o problema?	309
4.8.2. Eficácia preclusiva da coisa julgada no Direito brasileiro: definição, finalidades e pressupostos	313
4.8.3. A eficácia preclusiva da coisa julgada no Direito comparado	318
4.8.4. A eficácia preclusiva da coisa julgada em sua perspectiva restritiva.....	325
4.8.5. Por que a adoção por uma tese ampliativa?.....	332
CONCLUSÃO	363
REFERÊNCIAS	367